

'DETERIORAÇÃO EM CURSO'

Temer recebe ministro da Defesa, Raul Jungmann, que já cogitou intervenção militar

Em post quando o país discutia o impeachment de Dilma, o agora ministro afirmou que militares estariam preocupados com a crise política e com perspectiva de "se verem convocados a intervir"

por Redação RBA | publicado 19/05/2017 10h03, última modificação 19/05/2017 11h24

MARCOS CORRÊA/PR

São Paulo - Único compromisso oficial da [agenda](#) desta sexta-feira (19) do Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer (PMDB-SP) recebe ainda pela manhã o ministro da Defesa, Raul Jungmann (PPS-PE), acompanhado por comandantes das Forças Armadas - o restante do dia está reservado para "despachos internos". As consequências da [crise em que o governo Temer mergulhou](#) após a divulgação de que o presidente deu aval para que o dono do frigorífico JBS, Joesley Batista, comprasse o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, está no centro da pauta da reunião.

Em texto publicado em fevereiro de 2016 em sua página no Facebook - quando ainda era deputado e o país discutia o impeachment de Dilma Rousseff -, Jungmann afirmou que militares "não aceitarão ou apoiarão aventuras institucionais", esperam dos políticos "rápida resolução" da crise, mas estão preocupados com perspectiva de serem "convocados a intervir".

O ministro, até o momento, mantém-se no governo, contrariando a [tendência majoritária de seu partido](#), que parece ter rachado em relação às denúncias que atingem Temer. Enquanto o presidente licenciado do partido, Roberto Freire, entregou o cargo de ministro da Cultura, Jungmann anunciou ontem que fica. Na Câmara, o PPS também anunciou que não integra mais a base do governo.

Confira o que escreveu o agora ministro da Defesa:

"O principal juízo dos militares sobre a crise parte da constatação de que os atores políticos, legitimados pelo voto para apontar e construir os caminhos da solução, abdicaram do papel que o grave momento nacional lhes reserva e reduziram as enormes dificuldades que se abatem sobre nós a mera luta pelo poder, na sua expressão mais primária. E ao esforço de preservação de biografias que a cada dia se mostram mais indefensáveis.

Reclamam, em síntese, da inexistência de vontade política para o enfrentamento efetivo dos problemas e, em consequência, da incompreensível subordinação das razões de Estado às conveniências político-partidárias. A visão que eles têm da crise atual pode ser assim resumida:

a. Estão fechados com o que diz a Constituição e seu papel por ela definido. Nas suas palavras, nada farão fora do que diz o "livrinho" - nem para por, nem para tirar ninguém. Também não aceitarão ou apoiarão aventuras institucionais de qualquer das partes envolvidas;

b. Entendem, tendo em vista o aprofundamento social e econômico da crise, que cabe aos políticos sua rápida resolução, antes que ela se agrave ainda mais; e

c. Estão preocupados com a perspectiva de, não revertido o quadro de deterioração em curso, se verem convocados a intervir em nome da Garantia da Lei e da Ordem - GLO, art. 142, caput, da CF.

Convenhamos, a conjuntura lhes dá razão quanto ao temor de um descontrole. O crescente desemprego, a recessão, inflação, colapso fiscal de estados e municípios justifica a preocupação. Ademais, a perspectiva inédita de três anos de recessão, associada à vertiginosa perda de legitimidade do sistema político, de corrupção endêmica do governo e de parte do parlamento, somadas a amplas manifestações via redes sociais, torna cinzento nosso futuro.

Esse quadro poderia ser saneado se a política não fosse refém dela própria, como já dissemos anteriormente."